

Justiça ágil não garante crescimento, diz Fishlow

6 December 2005- [Valor Econômico](#)

Copyright (c) 2005 Valor Econômico S.A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo deste artigo em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita do Valor Econômico S.A.. Para maiores informações entre em contato com nosso Departamento Comercial (+55-11-3767-1277) ou Redação (+55-11-3767-1151). <http://www.valoronline.com.br>

O economista Albert Fishlow, da Universidade de Columbia, relativiza o divulgado esforço do governo federal para tornar mais célere e eficiente o processo judicial com o fim de desenvolver o ambiente de negócios e alavancar um crescimento sustentado da economia.

Ele diz que atualmente há uma preocupação muito grande no fortalecimento das instituições para garantia do crescimento econômico. Ele lembra, porém, que existem outros fatores relevantes para se conseguir um aumento contínuo do Produto Interno Bruto (PIB). "Os países asiáticos, por exemplo, não têm instituições fortes, pelo contrário."

"Esse crescimento depende de outros fatores que todos nós sabemos", declara. Ele destaca a questão do investimento, da poupança da doméstica e da taxa de juros. "Está claro que investimentos da ordem de 19%, 20% do PIB não estão sendo suficientes para se ter um crescimento contínuo maior que 3,5% do PIB."

Segundo ele, é preciso ainda haver maior poupança doméstica para financiar aumento maior dos investimentos. "Também entendemos agora que a taxa de juros, embora seja menor em termos reais do que a praticada antes de 2001, ainda é altíssima, maior do que a de qualquer país do mundo."

"Quando se fala sobre a mudança institucional o que eu vejo não é um fator causal entre a mudança do sistema judiciário e o acréscimo que vai acontecer logo depois. Mas, ao contrário, depois de maior eficiência do sistema judiciário é que vai haver aumento de investimentos. Todo mundo está querendo uma maneira de crescer mais rápido, mas não é assim", analisa. "Mesmo com uma redução da taxa de juros do Copom na próxima reunião, mesmo com a redução contínua, não será o fim de um processo necessário para conseguir acréscimo sustentado do PIB."

Fishlow lembra ainda que a reforma não deve se restringir ao Judiciário. Há ainda necessidade de mudança no sistema legislativo e no próprio Executivo. "Estamos no início de um processo que vai renovar a taxa de crescimento", defende.

A exposição de Fishlow foi feita em evento na qual o ministro Márcio Thomaz Bastos divulgou os seis projetos considerados prioritários para tornar o Judiciário mais eficiente sem necessidade de mudança na Constituição Federal.

Para o professor Amir Khair, tudo tem efeitos sobre a economia. "Evidentemente um Judiciário lento e que permite pouco acesso à população está restringindo direitos e cometendo injustiças." Mas ele lembra que o principal efeito, no caso brasileiro, é o da taxa de juros, que por si só compromete boa parte da receita do governo federal.